



## A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO CONTEXTO DA PESQUISA SOCIAL: um ensaio exploratório.

Selma Maria de Oliveira Brandão<sup>1</sup>

### RESUMO

Estudo sobre a pesquisa social como geradora de conhecimento científico. Aborda-se a questão da objetividade científica e os desafios da pesquisa social em consolidar-se como produtora de conhecimento neste campo. Configura-se de maneira sintética, as correntes de pensamento ao longo do seu desenvolvimento histórico, procurando demonstrar como as mesmas se estruturaram marcadas pela busca da chamada objetividade do conhecimento científico, de cujo estatuto as ciências da natureza foram primeiramente legitimadas.

**Palavras-chave:** conhecimento científico, pesquisa social, produção do conhecimento.

### ABSTRACT

Study of Social Research as generator of scientific knowledge. It addresses the question of scientific objectivity and the challenges of social research to solidify itself as a producer of knowledge in this field. It is configured in a synthetic way, the currents of thought throughout its historical development, aiming to demonstrate how they were structured marked by the pursuit of so-called objectivity of scientific knowledge, whose status of the natural sciences were first legitimized.

**Keywords:** scientific knowledge, social research, knowledge production.

## 1 INTRODUÇÃO

O mais nobre sentido da produção do conhecimento científico é contribuir para a plena emancipação humana, através da socialização de informações, de forma efetiva e comprometida com as reais necessidades humanas presentes na

---

<sup>1</sup> Mestre. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). selmambrandao@terra.com.br



sociedade em cada tempo histórico. No entanto, como toda atividade científica é socialmente determinada e essencialmente política, seu produto encontra-se orientado na atual sociedade, sob os ditames do capital, preponderantemente para a preservação e manutenção do sistema vigente. Ao passo que produzir conhecimento voltado para fortalecer as lutas sociais dos setores subalternizados, na perspectiva de construção de uma nova sociedade onde prevaleça à igualdade de acesso a oportunidades, riquezas e saberes nela produzidos permanece no horizonte de homens e mulheres que no cotidiano lutam bravamente por uma ciência que seja acima de tudo humana e social.

O escopo deste trabalho, portanto, é traçar, ainda que de maneira exploratória os aspectos que validam a pesquisa social como produtora de conhecimento científico. Reconheço ser este um breve ensaio neste sentido, cujo objetivo central consiste em fazer um resgate histórico da produção do conhecimento, enfatizando a idéia de cientificidade, a partir das principais correntes de pensamento, destacando a questão da objetividade científica e os desafios da pesquisa social em consolidar-se como produtora de conhecimento na contemporaneidade.

Assim, esta discussão situa-se como interesse de pesquisa articulado a um eixo analítico do meu projeto de tese em andamento no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, cujo objeto trata das incidências da política de contra-reforma da educação superior, atualmente em vigor no Brasil, na permanência da afirmação da pesquisa como um dos fundamentos do projeto de formação profissional em Serviço Social proposto pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS.

A tese central defendida na referida investigação é que a pesquisa é uma mediação crucial e imprescindível para o atual projeto de formação profissional em Serviço Social e enfrenta grandes desafios para continuar a exercer esta função diante da política de contra-reforma da educação superior em vigor no país.

Para o Serviço Social, uma profissão que nasceu e se institucionalizou profundamente marcada pelo pragmatismo – tecnicismo, alicerçada no pensamento



conservador os desafios são enormes para continuar a afirmar a pesquisa como elemento fundamental do projeto de formação profissional construído coletivamente a partir do final dos anos 1970 e materializado nas diretrizes curriculares da ABEPSS nos anos 1990.<sup>2</sup>

Segundo Amman (1984), fundamentada no corte positivista que separa os que pensam dos que agem, os que teorizam dos que aplicam, historicamente predominou na divisão sociotécnica do trabalho uma tendência de classificação das profissões como produtoras ou não de conhecimento, a partir da qual o Serviço Social foi caracterizado como disciplina de aplicação. Logo, desde a sua institucionalização coube à profissão a função de responder às demandas advindas da sociedade, utilizando-se de conhecimentos produzidos em outras áreas.

Entretanto, para a referida autora, no processo de produção de conhecimento, surge uma outra corrente, baseada na visão de totalidade social, que reconhecendo as especificidades dos diversos campos do saber, não postula sua exclusão recíproca. Sob tal orientação, a partir do Movimento de Reconceituação<sup>3</sup>, o Serviço Social vem se colocando como exigência fundamental à tarefa de pensar os objetos ou fenômenos sobre os quais intervém e de participar no processo de produção do conhecimento sobre a totalidade social, através da pesquisa social.

Entretanto, uma análise mais acurada do conjunto de medidas que compõe a atual política de contra-reforma do ensino superior, cujo alvo e alcance é a universidade pública, indica claramente as incidências desastrosas sobre a pesquisa nas áreas de Humanas e das Ciências Sociais, o que coloca em risco os avanços arduamente conquistados pela categoria profissional ao longo de décadas.

---

<sup>2</sup> A partir dos anos 1980, o Serviço Social brasileiro alcançou um estágio de maturidade ao romper com o conservadorismo que predominava de forma hegemônica na profissão desde a sua origem. Nesse percurso, "obteve o respeito de seus pares no âmbito interdisciplinar e alcançou visibilidade na interlocução com as ciências humanas, apesar das dificuldades decorrentes da falta de experiência em pesquisa, do fato de se defrontar com restrições por se constituir em disciplina interventiva ("ciências sociais aplicadas", segundo as agências de fomento) e das dificuldades na apropriação rigorosa das teorias sociais" (YASBEK, et all, 2008, p.2021).

<sup>3</sup> Termo largamente utilizado na literatura profissional para denominar um amplo movimento iniciado pela categoria na América Latina em meados da década de 1960, cujo objetivo, em linhas gerais, consistia em redefinir os rumos conservadores do Serviço Social, em claro apoio às lutas sociais nesse continente.



## 2 CIÊNCIA, CIENTIFICIDADE E O DESAFIO DA PESQUISA SOCIAL

Essencialmente diferente dos outros animais por sua capacidade de pensar o homem sempre buscou ao longo da sua trajetória conhecer a realidade na qual encontra-se inserido, ao mesmo tempo em que sempre procurou explicações para os fenômenos que cercam a vida humana, tanto do ponto vista individual quanto coletivo. O processo reprodutivo, o nascimento, a organização social, os mecanismos de poder e controle sobre a natureza, a morte e até mesmo o seu devir após a finalização do ciclo da vida terrena o tem motivado neste sentido.

Nesta busca pelo conhecimento de si e do meio no qual habita o homem foi desenvolvendo ao longo da história uma série de instrumentos, alguns deles remontando a épocas imemoriais como as religiões das tribos primitivas, bastante estudado pela Antropologia na contemporaneidade. Neste processo, destacam-se também a arte, a poesia e a ciência. De onde se depreende que a ciência é apenas uma das muitas formas existentes, que expressam a busca do homem pelo conhecimento da realidade, muito embora neste percurso tenha sido criado um certo mito de sua superioridade em relação às demais.

Segundo MINAYO (2001) é na sociedade ocidental que a ciência torna-se hegemônica sobre outras formas de conhecimento, com a pretensão de assegurar o caráter legítimo e verdadeiro de construção da realidade em confronto com as idéias morais e religiosas e com o senso comum (como conhecimento não sistematizado, no sentido dado por Gramsci).

Entretanto, na vida dos seres humanos estão as raízes de todo o conhecimento. Mas o conhecimento não se dá pura e simplesmente. Trata-se de uma construção histórica, a partir das relações sociais e, portanto, é produto de uma elaboração teórica. Assim, toda teoria do conhecimento, desde a antiguidade, se apóia, implícita ou explicitamente, em uma determinada teoria da realidade e



pressupõe uma determinada concepção da mesma, que influenciam toda uma forma de conhecer e de pensar a natureza e a sociedade.

É na Grécia Antiga que se inicia esse processo, a partir do surgimento da polis, na qual a vida social e as relações entre os homens adquirem uma forma nova e a palavra se torna o instrumento político por excelência. É na *polis* que a palavra deixará de se limitar ao domínio privado e passará a reinar absoluta no domínio público. Esse espaço público é representado pela *agora*, a praça onde ocorrem os debates contraditórios, a discussão e a argumentação. Como consequência, os conhecimentos e os valores não são mais conservados, como garantia de poder; ao contrário, são agora levados à praça pública, sujeitos a crítica e a controvérsia (ARENDDT, 2001).

Todas essas mudanças propiciaram (ao longo do tempo) o surgimento da filosofia, cujos pensadores, a partir de Sócrates, tentam lhe dar um caráter científico, a exemplo de Aristóteles, que por mais de dois mil anos marcou o pensamento ocidental.

Embora, a busca de uma base objetiva para o conhecimento humano venha desde os filósofos gregos, a emergência da ciência moderna pode ser encontrada em Galileu, que foi o primeiro a formular o método experimental e a formular o problema crítico do conhecimento, colocando a dúvida sobre a finitude do universo e a própria ordem cósmica (noção de que no universo as coisas estão distribuídas e dispostas de modo bem determinado). Esse e outros acontecimentos marcaram o nascimento da ciência moderna, apontando para uma nova forma de racionalidade, isto é, verificar como o universo dos fenômenos passa a ser colocado sob a forma de inteligibilidade que dependem apenas do espírito humano (ARENDDT, 2001).

A crise do modo de produção feudal e a transição mercantilista que marcaram o surgimento da idade moderna apenas recolocam para o pensamento humano, as contradições encontradas no processo de produção do conhecimento, que, nas ciências sociais, manifestam-se no confronto de diferentes paradigmas.



Desde o advento da sociedade industrial, as reflexões sobre a realidade trazem, em muitos pensadores, a preocupação em elaborar uma teoria geral sobre a sociedade, buscando as explicações científicas para as grandes transformações por que passava a sociedade europeia neste período, principalmente as provocadas pela formação e desenvolvimento do capitalismo. Esse é um momento decisivo na formação do conhecimento científico fora das ciências naturais, estruturando, as bases do pensamento nas ciências sociais. É no período que vai de 1830 às primeiras décadas do século XX, que ocorre a formação dos principais métodos e conceitos de investigação nesse campo do conhecimento. Neste contexto ganha relevância o pensamento no positivismo de Émile Durkheim, no materialismo histórico dialético de Karl Marx e na sociologia compreensiva de Max Weber, cujas teorias influenciam, ainda hoje, a forma de pensar e intervir sobre a realidade, gerando freqüentes e acirrados debates no interior da produção do conhecimento científico sobre o seu objeto de estudo e os seus métodos de investigação.

O campo científico, portanto, apesar de sua normatividade é permeado por conflitos e contradições, onde destaco, para efeito deste trabalho, uma delas, qual seja, a cientificidade das ciências sociais, em comparação com as ciências da natureza (MINAYO, 2001).

A origem do espírito científico da filosofia positiva não tem determinação exata quanto ao período de sua formação. Segundo Comte (1983) alguns elementos desse espírito já estavam presentes em Aristóteles, nos trabalhos da Escola de Alexandria e, posteriormente, na penetração das idéias das ciências naturais na Europa Ocidental pelos árabes.

É da filosofia positiva que o referido autor extrai o entendimento da sociedade regida por leis naturais, imutáveis, que necessitam ser descoberta através de observações e contemplações positivas, resgatando o caráter fundamental da filosofia positiva. Uma de suas preocupações centrais é a idéia de que a ciência positiva constitui a única posição cognitiva possível para captação da realidade da sociedade. O seu entendimento de ciência positiva passa por um estudo metódico que propicie o estabelecimento de leis originárias da experimentação através do



método positivo, assentado na observação, indução e experimentação, semelhante ao método das ciências naturais.

Segundo Paulo Netto (1989) o positivismo é a primeira grande matriz teórica para apreender o fenômeno social da nossa sociedade, uma matriz que nasce em Comte e se prolonga na grande tradição durkheimiana e vem até o estruturalismo contemporâneo que já foi o *dernier* da Universidade Francesa. A cristalização do positivismo é uma tendência a uma recepção dos fenômenos sociais tomados na sua mediaticidade. A matriz positivista consiste, precisamente, em o pensamento não se liberar dessa trava, em o pensamento não ultrapassar essa aparência coisificada dos fenômenos sociais.

Ao estudar os fatos sociais (objeto da sociologia), Durkheim (2002) estabelece que o método científico deve superar as deficiências do senso comum, em busca da objetividade. Assim, os cientistas sociais deveriam investigar possíveis relações de causa e efeito, suas regularidades com vistas à descoberta de leis e mesmo de “regras de ação para o futuro”, observando fenômenos rigorosamente definidos. Devem estudar ainda, a sociedade no seu aspecto exterior. Tratar os fatos sociais como coisa não significa, para este autor, reduzi-los às suas propriedades gerais da matéria, mas captá-los na imaterialidade *sui generis* que os caracteriza. Nesse sentido, ele não qualifica seu método de materialista.

Dentre as regras que compõem seu método estão: os fatos sociais devem ser tratados como coisa; o cientista deve libertar-se das falsas evidências e colocar-se num estado de espírito semelhante aos dos físicos, químicos e fisiologistas, adotando a prática cartesiana da dúvida metódica.

Herdeiro do pensamento conservador a questão da ordem social é uma preocupação constante em sua obra. De forma sistemática, ocupou-se em estabelecer o objeto de estudo da sociologia e indicar o seu método de investigação. Entendia que a raiz dos problemas de seu tempo não era de natureza econômica, mas de uma certa fragilidade da moral da época em orientar adequadamente o comportamento dos indivíduos. Acreditava que a ciência poderia, através de suas investigações, encontrar soluções nesse sentido.



Tinha uma visão positiva da nascente sociedade industrial, acreditando que a crescente divisão do trabalho acarretaria um sensível aumento da solidariedade entre os homens, cuja especialização fazia com que cada um passasse a depender mais do outro.

Influenciou o meio acadêmico francês e forneceu a base do método de investigação funcionalista na busca de explicação das instituições sociais e culturais em termos da contribuição que estas fornecem para a manutenção da estrutura social.

Assim como Durkheim, Weber participou intensamente da discussão sobre o método e o valor das ciências e sobre as distinções entre as ciências da natureza e as da sociedade, discussão que se deu no final do século XIX e início do século XX. Embora não possa ser considerado um positivista, em Max Weber podemos encontrar a colocação mais elaborada sobre a questão da objetividade das ciências sociais (QUIROGA, 1991).

A temática proposta por Weber (2001) na discussão em torno da objetividade nas ciências sociais, se constrói por um lado, referida na negação do princípio positivista, que inspirado nas Ciências naturais, admite ser possível produzir um conhecimento neutro, absolutamente livre de juízo de valor. Entretanto, tem por fundamento que os juízos de valor são indispensáveis no processo de conhecimento, porém, o conhecimento produzido, para ser científico, deve ser neutro e objetivo.

Dessa forma, o referido autor traz a intenção de conferir à sociologia uma reputação científica, insistindo em estabelecer uma clara distinção entre o conhecimento científico, fruto de cuidadosa investigação, e os julgamentos de valor sobre a realidade. Procurava assinalar que um cientista não tinha o direito de possuir preferência políticas e ideológicas a partir de sua profissão. Na verdade, Weber busca uma neutralidade científica, isolando a sociologia dos movimentos revolucionários.





Recebendo forte influência do pensamento marxista, Weber incorporou as idéias de Kant, de que todo ser humano é dotado de capacidade e vontade para assumir uma posição consciente diante do mundo.

Concebendo a realidade como uma dimensão infinita que só pode ser captada parcialmente em alguma singularidade, Weber (2001) operacionaliza o conceito de tipo ideal, enquanto conjunto de leis que possuem uma regularidade de uma conexão causal (ou conexão dos sentidos objetivos – subjetivos). Nesse sentido, a objetividade só pode ser captada através das ações individuais, mediante a construção de uma tipologia – o capitalista, o sacerdote, o artesão, etc – para que seja possível compreender as objetivações – o capitalismo, a religião, o artesanato. Esta construção está vinculada a visão de mundo do pesquisador, no entanto, a validade do conhecimento obtido com a aplicação destes tipos ideais se mede, não pelo confronto e visões de mundo, mas com o real.

Nesta perspectiva, os juízos de valor determinam a escolha dos fenômenos dignos de serem conhecidos, dão a direção da pesquisa no que concerne ao instrumento conceitual para que se possam compreender o próprio objeto de estudo, mas o conhecimento produzido tem que ser objetivo, válido para qualquer pessoa, independente de seus valores.

A formação do conhecimento crítico tem na abordagem da Dialética a sua elaboração mais expressiva por não estabelecer fronteiras rígidas entre os diferentes campos do saber. Procura assim, oferecer uma explicação da sociedade como um todo, colocando em evidência as suas dimensões de totalidade. Nesse sentido, o conhecimento científico da realidade só tem sentido se tiver como meta a transformação dessa mesma realidade.

Ao ressaltar a íntima relação entre forças produtivas (natureza, meios de produção e força de trabalho) Marx e Engels demonstram a relação entre a construção das idéias e as formas de produção e reprodução da existência humana, destacando uma relação intrínseca de oposição e complementariedade entre o mundo natural e social, entre o pensamento e a base material.



Assim, o ponto de partida do conhecimento científico é o concreto (real), que é visto dialeticamente, produzido e transmitido na e pela sociedade, o que exige que se compreenda como e por que ela surge historicamente.

No que se refere a sua visão da realidade, Marx na Introdução a Crítica da Economia Política (1987), desenvolve, dentre outras, as seguintes idéias: todo conhecimento “aparentemente” começa com o real, no entanto esse real é pura abstração, se não é localizado em todos os desdobramentos que contém; uma investigação baseada numa visão empírica do visível, do que é dado, não capta a realidade social, levando a conceitos fragmentados, abstratos; o concreto é concreto porque síntese de múltiplas determinações; as categorias são produto da sociedade que as engendra, em dado momento de seu desenvolvimento.

Assim, a partir dos pressupostos teóricos oferecidos pelo método dialético podemos pensar as Ciências Sociais como produtoras de conhecimento científico, guardada, obviamente um conjunto de especificidades que as caracterizam no campo mais geral da produção do conhecimento, quais sejam: o objeto das Ciências Sociais é histórico e essencialmente qualitativo, guarda uma identidade entre sujeito e objeto além de ser essencialmente ideológica e comprometida.

Nesse sentido defendemos que a discussão sobre a questão do conhecimento científico ainda é atual e necessária, sobretudo porque se constitui em um instrumento de poder na sociedade em qualquer tempo histórico. Daí não se conceber a pesquisa social, sem um método que, em última análise mostre as suas relações estreitas com o poder a que quer servir ou as suas contradições com o poder que não pode aceitar. Pois em decorrência desse campo de disputas é que, assim como no passado, até hoje as ciências sociais são postas a prova quanto ao seu caráter de cientificidade sempre em comparação com as ciências da natureza, pioneiras nesse sentido. Entretanto, o estatuto de cientificidade não pode ser alcançado seguindo-se um conjunto de normas ou modelos elaborados “a priori”, considerando-se o caráter relativo de todo e qualquer processo de conhecimento.



### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decurso deste breve ensaio sobre a pesquisa social como produtora de conhecimento científico – uma temática complexa e muito abrangente – procurei abordar como questão central a antiga e sempre atual disputa em torno da cientificidade da produção do conhecimento realizada no contexto da pesquisa social em comparação com aquela produzida no âmbito das ciências da natureza.

Neste embate histórico, é inegável que sobre as ciências sociais têm pairado muitas dúvidas quanto ao seu caráter de cientificidade, decorrente de uma série de questões: uma delas, talvez a mais importante, diz respeito ao caráter de objetividade. Como garantir tal objetividade, se o pesquisador ao se debruçar sobre as múltiplas expressões da questão social, para definir seu objeto de estudo, está ele mesmo inserido na sociedade? Diante de tão amplo, multiforme e dinâmico objeto de pesquisa, qual método geral seria mais adequado? Neste caso, como garantir a neutralidade tão importante como critério de verdade nas ciências naturais?

Assim, como procurei demonstrar neste breve artigo, em conformidade com (MINAYO, 2001, p.10) “o campo científico, apesar de sua normatividade é permeado por conflito e contradições”. Portanto, é também campo de disputa de poder, porque trata de uma matéria poderosa: o conhecimento.

Nessa perspectiva uma questão importante, diz respeito à abrangência e a forma de divulgação / socialização dos resultados da pesquisa social, tendo em vista contribuir com os segmentos subalternizados em seus processos decisórios, organizativos e de lutas por uma sociedade mais justa e igualitária. Afinal, o que se espera de toda produção do conhecimento é que seus resultados sejam úteis à sociedade, de acordo com suas reais necessidades. E pode existir função mais nobre para a ciência que o de esclarecer e informar? Como então, se apropriar desse bem social e coletivo, que é o conhecimento, sem que haja mecanismos democráticos para sua divulgação, de forma livre e sem custos? É bom que



pensemos sobre isso, pois como nos afirma um antigo ditado popular, “saber é poder”! E na chamada “sociedade da informação” ainda mais!

## REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A condição pós-moderna**; tradução de Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

AMMANN. Safira Bezerra. A produção científica do Serviço Social no Brasil. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: ano v, n. 14, abril 1984, p. 144 – 176.

COMTE, Augusto. **Coleção os pensadores**. 2. ed. São Paulo: Abril cultural, 1983.

DURKHEIM. Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MARX, Karl. **Introdução à Crítica da Economia Política**. In: MARX, Karl (1818 - 1883). **Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1987. (Coleção os Pensadores)

MINAYO, Maria Cecília de Sousa de (organizadora); SUELY, Deslandes; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu, **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 19ª. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

PAULO NETTO, José. Notas para a discussão da sistematização da prática e teoria em Serviço Social. **Caderno ABESS**, v. 3 (Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social), São Paulo; Cortez, março de 1989, p. 141 – 161.

QUIROGA, Consuelo. **A invasão positivista no marxista**. São Paulo: Cortez, 1991.



WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**; tradução de Mauricio Tragtenberg. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001.